

# FUNDAÇÃO IRMÃO JOSÉ OTÃO – FIJO

CNPJ 88.483.276/0001-19

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO - (valores expressos em reais)

	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.327.535,33</b>	<b>1.893.590,01</b>
Caixa e Bancos - Nota 4	31.623,66	271.405,77
Aplicações Financeiras - Nota 4	814.084,34	1.472.494,95
Recebíveis de Clientes e outros recebíveis - Nota 5	445.635,78	122.358,88
Adiantamento de Férias	14.848,62	8.750,91
Despesas Antecipadas	17.352,93	14.589,50
Estoque - Almoarifado - Nota 3f	3.990,00	3.990,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.342.352,74</b>	<b>585.654,50</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - Nota 4</b>	<b>1.195.546,62</b>	<b>452.985,89</b>
Tributos a Recuperar	18,63	-
Impostos Federais	18,63	-
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>1.195.527,99</b>	<b>452.985,89</b>
Agora Investimentos	-	452.985,89
Banco Safra	639.715,57	-
NBCBANK	555.812,42	-
<b>IMOBILIZADO - Nota 6</b>	<b>146.806,12</b>	<b>132.668,61</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.669.888,07</b>	<b>2.479.244,51</b>

	2022	2021
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>575.695,58</b>	<b>462.223,17</b>
Fornecedores	29.355,10	23.115,40
Obrigações sociais e trabalhistas	43.124,96	33.761,73
Provisão para férias e encargos sociais	143.907,15	128.382,36
Bolsas de estágio a repassar - Nota 8	357.359,14	274.085,88
Serviços de terceiros	1.949,23	2.005,38
Projetos e convênios	-	872,42
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Nota 9</b>	<b>2.094.192,49</b>	<b>2.017.021,34</b>
Patrimônio social	2.017.021,34	1.925.363,10
Superávit do período - Nota 3a	77.171,15	91.658,24
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.669.888,07</b>	<b>2.479.244,51</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 - (valores expressos em reais)

**1. Atividades:** a) **Estrutura institucional:** A Fundação Irmão José Otão - FIJO, nos termos de seu estatuto, constitui-se em pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Não distribui resultados sob qualquer forma; não remunera seus administradores; aplica suas rendas na realização de suas finalidades estatutárias; assim sendo, goza de imunidade tributária, federal, estadual e municipal. A entidade cumpre com todas as obrigações fiscais ECD, ECF, DIRF, DCTF, DCTFWeb em consonância a Lei complementar 187 de 2021. A Entidade mantém escrituração de suas receitas, custos e despesas de forma digital através das Declarações enviadas para a Receita Federal do Brasil, assegurando assim sua exatidão. b) **Fontes de recursos:** Para o cumprimento de suas finalidades, a FIJO utiliza-se de recursos que são obtidos, principalmente, através de: • Prestação de serviços na oferta e no gerenciamento de estágios para alunos de graduação, pós-graduação e ensino médio da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e de outras instituições de Ensino Superior conveniadas com a FIJO; • Prestação de serviços de capacitação por meio de cursos de extensão e in company; • Prestação de serviços de gerenciamento de projetos na área de educação, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as diretrizes contábeis definidas pela legislação societária brasileira e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 - R1 - Entidade sem Finalidade de Lucros através da Resolução do CFC nº 1.409/12.

**3. Principais Diretrizes Contábeis:** a) **Auração do resultado do superávit:** a entidade adota o princípio da competência para o registro de suas receitas, custos e despesas. b) **Ativo circulante e não circulante:** são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Ativos de realização duvidosa possuem provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. c) **Ativo imobilizado:** registrado pelo custo de aquisição atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, considera a depreciação do imobilizado, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na Nota 6. As taxas seguem a definição de vida útil (conforme previsto no item 27 k

	2022	2021
<b>6. Imobilizado</b>		
Móveis e utensílios	8,33%	91.354,58
Equipamentos de informática	25%	166.374,99
Máquinas e equipamentos	6,66%	67.402,86
Benefícios em propriedade de terceiros	5%	214.694,23
		539.826,66

A Entidade efetuou a revisão e validação da vida útil dos bens móveis, as quais estão evidenciadas com base nas informações contidas no laudo emitido por empresa especializada na avaliação de ativos.

**7. Redução de Valor Recuperável de Ativo:** A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo (apurado por empresa especializada na avaliação de ativos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, Resolução CFC nº 1.292/10 que aprovou a NBC TG 01 (R4). Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração para efetuar esse teste avaliou se existe alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados como indicações a análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade. Assim, com base nas informações contidas no laudo emitido por empresa especializada na avaliação de ativos, concluímos que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário realizar lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**8. Bolsas de Estágio a Repassar:** Apresenta os valores recebidos, relativos a bolsas de estágio para os beneficiários contratados por empresas por intermédio da FIJO.

**9. Patrimônio Líquido:** O patrimônio social da FIJO é constituído por dotações iniciais dos instituidores e legados e dos bens e valores decorrentes das atividades ou de rendas patrimoniais. O patrimônio da FIJO somente poderá ser utilizado na sua manutenção e na consecução das suas finalidades. Os resultados dos períodos apurados ao final de cada ano foram incorporados ao patrimônio social. Considerando a natureza da FIJO, não foram distribuídos lucros, bonificações ou vantagens aos integrantes dos órgãos administrativos, mantenedores ou associados, sob qualquer forma. Os Ingressos de receitas estão de acordo com a previsão estatutária.

da ITG 2002 - R1. d) **Passivo circulante:** demonstrado por valores conhecidos e provisionamentos, incluindo os encargos e variações monetárias incorridas. e) **Estimativas Contábeis:** as estimativas contábeis foram efetuadas baseadas em julgamento por parte da administração da entidade e estão refletidas nos registros contábeis. f) **Estoques:** A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, não houve necessidade em constituir provisão tendo em vista não haver evidências que justificassem tal procedimento. A Entidade está atenta a este monitoramento ao final de cada exercício, visto que seu estoque é composto por Almoarifado (Materiais Didáticos) no exercício de 2022.

	2022	2021
<b>4. Caixa e equivalentes de caixa</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa	118,12	337,95
Bancos conta movimento	31.505,54	271.067,82
Aplicações financeiras	814.084,34	1.472.494,95
<b>Total</b>	<b>845.708,00</b>	<b>1.743.900,72</b>
<b>Não Circulante</b>		
FIF Banco Santos S.A.	36.468,16	36.468,16
Provisão para perdas	(36.468,16)	(36.468,16)
Agora Investimentos - CDB	-	452.985,89
Banco Safra	639.715,57	-
NBCBANK	555.812,42	-
<b>Total</b>	<b>1.195.527,99</b>	<b>452.985,89</b>
<b>Total</b>	<b>2.041.235,99</b>	<b>2.196.886,61</b>

Os recursos monetários disponíveis são mantidos em aplicações junto a instituições financeiras, visando à manutenção do poder aquisitivo desses recursos temporariamente não utilizados. As aplicações financeiras são remuneradas por taxas de juros de mercado.

**5. Recebíveis de Clientes e Outros Recebíveis:** São valores a receber de usuários da FIJO pela prestação de serviços de gerenciamento de estágios e por convênios e contratos. As provisões para riscos de créditos foram constituídas segundo o critério, de títulos vencidos a mais de 180 dias. A administração considera que as mesmas foram calculadas em montantes suficientes para cobrir eventuais riscos sobre os valores a receber.

**10. Considerações acerca da Pandemia COVID-19:** Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) decorrente das doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19). Em 19 de março, a Fundação, ciente da gravidade da situação adotou medidas preventivas em relação ao quadro de empregados, agindo tempestivamente na transferência de todo o corpo funcional para as atividades em home office. A administração da Entidade está alerta e agindo de forma a assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira, adotando medidas de contenção de gastos, otimização de recursos e minimização dos potenciais impactos financeiros, além daquelas voltadas à preservação da saúde dos empregados. Cabe destacar que, até 31 de dezembro de 2022, não houve ocorrências que requerem registros com impactos na situação patrimonial da Fundação, haja vista: a continuidade de prestação de serviços junto aos clientes, mantidas as negociações efetuadas no exercício anterior de redução do valor dos contratos vigentes; a consequente manutenção do valor de uso de seus ativos.

	2022	2021
Saldo	40.662,28	1.393,58
Saldo	45.639,12	28.899,15
	4.815,21	5.880,09

**RELAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opi-

## Demonstração do Resultado do Período em 31 de Dezembro (valores Expressos em Reais)

	2022	2021
<b>RECEITA DE ATIVIDADES SOCIAIS E DE SERVIÇOS - Nota 3a</b>	<b>1.806.420,84</b>	<b>1.686.148,80</b>
Custos das atividades sociais e de serviços - Nota 3a	(1.742.995,31)	(1.472.302,46)
<b>SUPERÁVIT BRUTO</b>	<b>63.425,53</b>	<b>213.846,34</b>
<b>RECEITAS (DESP.) OPERACIONAIS</b>	<b>13.745,62</b>	<b>(122.188,10)</b>
Despesas administrativas	(235.748,32)	(195.862,51)
Receitas financeiras	270.100,80	86.320,87
Despesas financeiras	(17.582,17)	(13.656,14)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.934,69)	1.009,68
<b>SUPERÁVIT DO PERÍODO - Nota 3a</b>	<b>77.171,15</b>	<b>91.658,24</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - (valores expressos em reais)

Descrição	Patrimônio Líquido	Superávit/Deficit do Período	Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>1.999.430,77</b>	<b>(74.067,67)</b>	<b>1.925.363,10</b>
Transferência para patrimônio Social	(74.067,67)	74.067,67	-
Superávit do Período	-	91.658,24	91.658,24
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>1.925.363,10</b>	<b>91.658,24</b>	<b>2.017.021,34</b>
Transferência para patrimônio Social	91.658,24	(91.658,24)	-
Superávit do Período	-	77.171,15	77.171,15
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>2.017.021,34</b>	<b>77.171,15</b>	<b>2.094.192,49</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto em 31 de dezembro - (valores expressos em reais)

	2022	2021
<b>Fluxos de Caixa das Ativ. Operacionais</b>		
Superávit do período	77.171,15	91.658,24
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciações	25.788,94	24.606,36
<b>Superávit do período ajustado</b>	<b>102.960,09</b>	<b>116.264,60</b>
<b>Varição em ativos e passivos</b>		
(Aumento) redução em contas a receber	(323.276,90)	(7,68)
(Aumento) redução em outros ativos	(751.421,87)	(455.864,31)
Aum. (red.) em bolsas de estágio a repassar	83.273,26	7.808,75
Aumento (redução) em projetos e convênios	(872,42)	328,42
Aumento (redução) em outros passivos	31.071,57	(14.134,99)
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>(961.226,36)</b>	<b>(461.889,81)</b>
<b>Caixa líquido proveniente das variações ativas e passivas</b>	<b>(858.266,27)</b>	<b>(345.625,21)</b>
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(39.926,45)	(3.824,05)
<b>Caixa liq. das atividades de investimentos</b>	<b>(39.926,45)</b>	<b>(3.824,05)</b>
<b>Aum. (red.) liq. de caixa e equiv. a caixa</b>	<b>(898.192,72)</b>	<b>(349.449,26)</b>
Caixa e equiv. de caixa início do período	1.743.900,72	2.093.349,98
Caixa e equiv. de caixa fim do período	845.708,00	1.743.900,72
<b>Aum. (red.) liq. de caixa e equiv. a caixa</b>	<b>(898.192,72)</b>	<b>(349.449,26)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração de Valor Adicionado em 31 de dezembro (valores expressos em reais)

	2022	2021
<b>Receitas</b>		
Receita de atividades sociais e de serviços	1.806.420,84	1.686.148,80
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(5.008,42)	(3.001,32)
	<b>1.801.412,42</b>	<b>1.683.147,48</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos das atividades sociais e de serviços	(265.028,37)	(272.505,90)
	<b>(265.028,37)</b>	<b>(272.505,90)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.536.384,05</b>	<b>1.410.641,58</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciação e amortizações	(25.788,94)	(24.606,36)
	<b>(25.788,94)</b>	<b>(24.606,36)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>1.510.595,11</b>	<b>1.386.035,22</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras, líquidas	252.428,63	72.664,73
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2.073,73	4.011,00
	<b>254.502,36</b>	<b>76.675,73</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.765.097,47</b>	<b>1.462.710,95</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>(1.765.097,47)</b>	<b>(1.462.710,95)</b>
<b>Pessoal e encargos</b>		
Salários	(1.094.398,61)	(894.711,15)
Benefícios	(256.056,56)	(200.168,79)
FGTS	(79.394,41)	(67.191,89)
	<b>(1.429.759,58)</b>	<b>(1.162.071,83)</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições Federais</b>	<b>(258.166,74)</b>	<b>(208.980,88)</b>
	<b>(258.166,74)</b>	<b>(208.980,88)</b>
<b>Superávit do período</b>	<b>77.171,15</b>	<b>91.658,24</b>
Superávit do período	77.171,15	91.658,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Alegre-RS, 31 de dezembro de 2022.

**SANDRO ANDRE BOBRZYK**  
Presidente - CPF 977.887.750-53

**RAQUEL ARAUJO BERNARDON**  
Vice-Presidente - CPF 908.351.820-53

**SILVANE RIBEIRO PINTO**  
Contadora CRC/RS 060819/O-7 - CPF 595.230.690-04

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO IRMÃO JOSÉ OTÃO que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros Assuntos:** **Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na Resolução do CFC nº 1138/08, que aprova a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opi-

nião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre - RS, 28 de fevereiro de 2023.

**AUDISA**  
AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS  
CRC/SP 25P "S" "RS" 024298/O-3

**ALEXANDRE CHIARATTI DO NASCIMENTO**  
Contador - CRC/SP "S" "RS" 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Fundação Irmão José Otão, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício Social encerrado em 31.12.2022 e